



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 12\$00

Assinaturas	Assinatura	
	Anual	Semestral
<i>Diário da República:</i>		
Completa	11 400\$00	6 900\$00
1.º, 2.º ou 3.º séries	4 500\$00	2 700\$00
Duas séries diferentes	8 000\$00	4 800\$00
Apêndices	3 800\$00	-
<i>Diário da Assembleia da República</i>	<i>3 600\$00</i>	<i>-</i>
<i>Compilação dos Sumários do Diário da República</i>	<i>1 900\$00</i>	<i>-</i>

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá ter lugar até ao final do mês de Janeiro para as assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre e até 31 de Julho para as que correspondem ao 2.º semestre.
 2 — Preço de página para venda-aviso, 3\$; preço por linha de anúncio, 60\$.
 3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

NOTA. — A estes preços acrescem os portes de correio.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Despacho Normativo n.º 116/85:

Determina que o pedido de admissão à cotação nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto das acções referidas no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/82, de 29 de Junho, não depende de autorização prévia do Ministro das Finanças.

Ministério do Trabalho e Segurança Social:

Portaria n.º 951/85:

Atribui ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social o produto líquido da exploração das apostas mútuas totobola e totoloto.

Ex-Ministério do Equipamento Social:

Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério, no montante de 8232 contos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado
Adjunto do Ministro das Finanças e do Tesouro

Despacho Normativo n.º 116/85

Nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/82, de 29 de Junho, as entidades do sector público que, separada ou conjuntamente, detêm participações maioritárias em sociedades privadas, constituídas sob a forma de sociedades anónimas de responsabilidade limitada, devem solicitar a admissão à cotação nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto das acções representativas da totalidade do capital social daquelas sociedades. Porque a alienação das participações públicas no capital de sociedades privadas está em geral sujeita ao regime definido pela Portaria n.º 694/82, de 14 de Julho, que faz depender este tipo de operações da observância de várias condições, entre as quais se conta a prévia autorização do

Ministro das Finanças, e porque o referido regime também se aplica, embora com algumas especialidades, à transacção das participações públicas nas bolsas de valores, têm-se suscitado dúvidas sobre a possibilidade de as entidades referidas no citado artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 253/82 requererem a admissão à cotação das suas acções em sociedades privadas sem que, previamente e para tanto, tenham obtido a autorização ministerial exigida pela mencionada Portaria n.º 694/82.

Estas dúvidas não têm razão de ser. De facto, o Decreto-Lei n.º 253/82 impõe a todas as entidades do sector público um dever bem preciso, para cujo incumprimento se comina uma especial sanção no artigo 4.º E da simples admissão à cotação que, aliás, é conforme o n.º 2 do artigo 2.º daquele decreto-lei, poderá ser ordenada pelo Ministro das Finanças, independentemente dos requisitos fixados pelo artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 8/74, de 14 de Janeiro, resultará a possibilidade de transacção dos títulos nas bolsas. Consequentemente, a alienação, por transacção nas bolsas de valores, das participações públicas referidas no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/82 não está sujeita aos condicionalismos e formalismos da Portaria n.º 694/82.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — O pedido de admissão à cotação nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto das acções referidas no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/82, de 29 de Junho, não depende de autorização prévia do Ministro das Finanças.

2 — A alienação das mesmas acções por transacções nas bolsas de valores não está sujeita ao regime estabelecido pela Portaria n.º 694/82, de 14 de Julho.

3 — Os princípios constantes dos dois números anteriores são igualmente aplicáveis à alienação de acções não cotadas, transacionadas nas bolsas de valores conforme se prevê no n.º 2 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 8/74, de 14 de Janeiro.

Ministério das Finanças, 25 de Novembro de 1985. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Tesouro, José Alberto Tavares Moreira.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 951/85

de 21 de Dezembro

1. O Decreto-Lei n.º 84/85, de 28 de Março, estabeleceu as normas relativas à organização e exploração dos concursos de apostas mútuas designadas «totobola» e «totoloto», entre as quais os destinatários do produto líquido de tal exploração.

Entre os destinatários contam-se instituições de solidariedade social, às quais foram destinados 7 % do produto líquido, a distribuir em partes iguais pelos Ministros do Trabalho e Segurança Social e da Saúde, para financiar projectos no domínio da prevenção e reabilitação de deficientes.

Importa agora definir, quanto à parte dos lucros a distribuir pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social, as formas da sua arrecadação e distribuição.

2. Entende-se que o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social é, por força das atribuições que lhe estão cometidas no domínio da política financeira do sistema de segurança social, o órgão melhor vocacionado para acolher os réditos àquela finalidade destinados e fazer os processamentos a favor das instituições de solidariedade social que lhe forem determinados.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social, o seguinte:

1.º O quinhão do produto líquido da exploração das apostas mútuas totobola e totoloto, a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 84/85, de 28 de Março, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 389/85, de 9 de Outubro, a distribuir pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo decreto-lei, será entregue, uma vez apurado, ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

2.º O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social procederá ao processamento das importâncias arrecadadas nos termos do número anterior para financiamento de projectos de instituições de solidariedade social que exerçam acções no domínio da prevenção e reabilitação de deficientes, segundo as instruções que lhe sejam transmitidas por despacho do Ministro do Trabalho e Segurança Social.

Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Assinada em 28 de Novembro de 1985.

O Ministro do Trabalho e Segurança Social, *Luís Fernando Mira Amaral*.

EX-MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL

12.º Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Declaração

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/84, de 4 de Fevereiro, se publicam as seguintes transferências de verbas, autorizadas nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do mesmo diploma:

Classificação					Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial
Orgânica		Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações	
Capi-	Divisão	Subdi-	Código	Alínea				
01	01		8.07.0	47.00 52.00	17 — Ministério do Equipamento Social Transportes e Comunicações Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes e Comunicações Serviços próprios Investimentos — Edifícios Investimentos — Maquinaria e equipamento	- 218	218 -	(a) (a)
02	01		8.07.0	01.00 01.13 01.20 01.20	 Secretaria-Geral dos Transportes e Comunicações Serviços próprios Remunerações certas e permanentes: Pessoal fora do serviço aguardando apo- sentaçāo Pessoal em qualquer outra situação: Pessoal requisitado	-	157	(b)
			A			-	228	(b)

Classificação						Em contos		Referência à autorização ministerial	
Orgânica			Económica		Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações		
Capítulo	Divisão	Subdivisão	Funcional	Código	Alínea				
02	01			09.00		Abonos diversos — Espécie	-	40	(b)
				14.00		Deslocações — Compensação de encargos ...	-	100	(b)
				26.00		Bens não duradouros — Consumos de secretaria	135	-	(b)
				27.00		Bens não duradouros — Outros	50	-	(b)
				28.00		Aquisição de serviços — Encargos das instalações	900	-	(b)
				29.00		Aquisição de serviços — Locação de bens ...	90	-	(b)
				44.00		Outras despesas correntes:			
				44.04		Seguros de material	50	-	(b)
				52.00		Investimentos — Maquinaria e equipamento	-	700	(b)
						1 — Secretaria de Estado dos Transportes			
03	01					Gabinete do Secretário de Estado		.	
						Gabinete			
				8.07.0	03.00	Horas extraordinárias	-	97	(c)
					10.00	Prestações directas — Previdência Social:			
					10.01	Abono de família	-	15	(c)
					15.00	Abonos diversos — Compensação de encargos	-	22	(c)
					26.00	Bens não duradouros — Consumos de secretaria	134	-	(c)
						Direcção-Geral de Transportes Terrestres			
						Serviços próprios			
						Remunerações certas e permanentes:			
04	01			01.00		Pessoal contratado não pertencente aos quadros	-	778	(d)
				8.07.0	01.04	Pessoal em qualquer outra situação	-	1 453	(d)
					01.20	Remunerações de pessoal diverso:			
					01.42	Outro pessoal	-	1 936	(d)
					01.47	Diuturnidades	4 167	-	(d)
						Direcção-Geral de Viação			
						Serviços próprios			
						Remunerações de pessoal diverso:			
					01.42	Pessoal de limpeza (tempo completo) ...	-	88	(e)
				8.07.0	01.42	Pessoal de limpeza (tempo parcial)	88	-	(e)
05	01					Direcção-Geral da Aviação Civil			
						Serviços próprios			
						Remunerações certas e permanentes:			
					01.00	Pessoal fora do serviço aguardando aposentação	300	-	(f)
				8.07.0	01.13	Pessoal em qualquer outra situação ...	-	826	(f)
					01.20	Gratificações certas e permanentes	34	-	(f)
					01.43	Diuturnidades	234	-	(f)
					01.47				
					06.00	Abonos diversos — Numerário	-	4	(f)
					10.00	Prestações directas — Previdência Social:			
06	01				10.03	Outras prestações directas	262	-	(f)
					27.00	Bens não duradouros — Outros	-	19	(e)
					29.00	Aquisição de serviços — Locação de bens ...	19	-	(e)

Classificação					Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial		
Orgânica		Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações			
Capítulo	Divisão		Código	Alinea						
08	01		8.07.0	03.00 09.00 11.00 15.00 26.00 29.00 31.00 52.00	2 — Secretaria de Estado das Comunicações Gabinete do Secretário de Estado Gabinete Horas extraordinárias Abonos diversos — Espécie Contribuições para instituições — Previdência Social Abonos diversos — Compensação de encargos Bens não duradouros — Consumos de secretaria Aquisição de serviços — Locação de bens ... Aquisição de serviços — Não especificados ... Investimentos — Maquinaria e equipamento	— — — — — 436 200 100 —	97 100 500 9 — — — 30	(g) (g) (g) (g) (g) (g) (g)		
50	43	01	8.07.0	12.00	 Investimentos do Plano Modernização da Administração Pública Gab. Est. Plan. T. C. Inf. Proc. Prep. Plan. Anuais Sect. Trans. Com. Alimentação e alojamento — Compensação de encargos Bens não duradouros — Consumos de secretaria Bens não duradouros — Outros Aquisição de serviços — Não especificados ... Investimentos — Maquinaria e equipamento	— — — — 815	155 68 218 374 —	(h) (h) (h) (h) (h)		
						8 232	8 232			

- (a) Despacho de 24 de Outubro de 1985.
 (b) Despacho de 10 de Outubro de 1985. Acordo de 21 de Outubro de 1985.
 (c) Despacho de 18 de Outubro de 1985.
 (d) Despacho de 25 de Outubro de 1985.
 (e) Despacho de 31 de Outubro de 1985.
 (f) Despacho de 8 de Outubro de 1985. Acordo de 26 de Outubro de 1985.
 (g) Despacho de 18 de Outubro de 1985. Acordo de 29 de Outubro de 1985.
 (h) Despachos de 19 de Setembro e 15 de Outubro de 1985. Acordo de 31 de Outubro de 1985.

12.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 20 de Novembro de 1985. — O Director, João da Graça Fernandes.